

UMA ANÁLISE DA CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE DO RECÔNCAVO NA ELABORAÇÃO DO PPA-P 2008-2011

Ana Carolina de Almeida Ribeiro¹; Edinusia Moreira Carneiro Santos²

1. Bolsista PIBIC/CNPq, graduanda em Bacharelado em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: loli.313@hotmail.com
2. Orientadora, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, email: nusiafs@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos Sociais, Participação, Território de Identidade do recôncavo

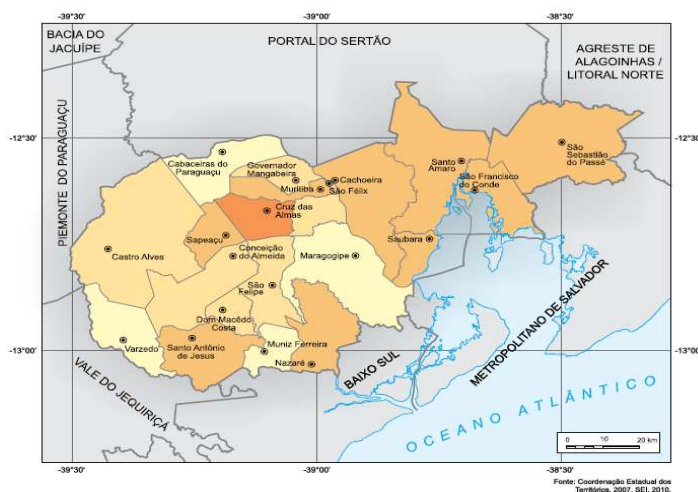
INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou entender como se deu a participação dos movimentos sociais na construção de propostas na plenária final do PPA-P (2008-2011), quais as formas de acompanhamento e quais propostas formuladas pelos mesmos foram contempladas na elaboração final do PPA.

A participação dos movimentos sociais e da sociedade civil no planejamento de políticas públicas é de fundamental importância e muito benéfica, pois a partir daí, supõe-se que os anseios e demandas da população alvo de tais políticas públicas estão sendo ouvidas, levando-as a se conformarem de acordo com as necessidades pontuais, bem como as mais amplas.

A preocupação em estudar a temática, parte da necessidade de entendermos se participação popular no planejamento estatal é efetiva ou não, tendo em vista que este é um modelo bem diferente do que vinha sendo praticado no estado da Bahia nos governos anteriores. Essa nova forma de gestão do Estado chama a atenção, pois agora se tem a presença dos movimentos sociais de base integrados nas discussões e no planejamento do território em que vive, o que se caracteriza como uma mudança significativa, apesar de considerarmos incipiente, pois o que vigorou por muito tempo na Bahia foi o planejamento voltado para o beneficiamento de alguns poucos e o prejuízo de uma maioria, fazendo da política governamental palco de paternalismo e profundas desigualdades.

O Território de Identidade estudado nessa pesquisa foi o Recôncavo e é composto por 20 municípios (Mapa 01): Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Sapeaçu, São Félix, São Felipe, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Saubara e Varzedo.



Mapa 01: Território de Identidade Recôncavo – Bahia 2012

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para dar início ao trabalho foi realizada uma revisão bibliográfica. Nesta etapa, buscamos aprofundar cada um dos conceitos que são imprescindíveis para o desenrolar das próximas etapas com mais clareza, como movimentos sociais e participação, além de caracterizar o Território de Identidade.

A próxima etapa realizada foi a análise documental de todo o PPA (2008-2011) e do relatório da plenária do PPA-P do Território de Identidade do Recôncavo, onde buscamos identificar apenas as propostas que se relacionavam com a agricultura familiar, tendo em vista que esse é o nosso principal foco.

Concluída esta etapa construímos o relatório parcial. Em seguida, confeccionamos o roteiro de entrevista que foi desenvolvida no campo.

As entrevistas foram feitas aos representantes dos movimentos sociais e que participaram da plenária do PPA-P 2008-2011 no Território de Identidade do Recôncavo. Após o trabalho de campo, procedemos com a análise das entrevistas e com a comparação dos dados e informações obtidos em campo e os que adquirimos durante a análise documental.

Com estas etapas concluídas, confeccionamos o relatório final para, a partir daí, divulgar o resultado do trabalho, pois acreditamos em sua relevância.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O território de identidade é uma unidade de planejamento adotada no Estado da Bahia, a partir do ano de 2008, no governo Jaques Wagner, estando alinhado ao modelo de planejamento do Governo Federal. A Secretária do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN) define o território de identidade como:

(..) um espaço físico, geograficamente definido, não necessariamente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente distintas, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (www.seplan.ba.gov.br , acesso em 12/07/2012).

A partir desse novo modelo de planejamento o governo do estado da Bahia passou a reconhecer 26 territórios de identidade, sendo que a partir de 2012 passam a totalizar 27. O que mais chama a atenção nesse modelo de planejamento é a participação da sociedade civil na formulação das propostas específicas para cada um dos territórios. Essa nova forma de pensar o território e suas relações sugere uma superação das velhas formas de implementação de políticas públicas no estado, apesar de avaliarmos a participação, ainda, como incipiente.

Discutindo o conceito de movimentos sociais

Gonh (2002) procura deixar bem claro, ao conceituar movimentos sociais, o caráter político e solidário pertinente a essa categoria de análise. Para ela, ao se desenvolver no seio da sociedade civil os movimentos sociais fazem com que esta politize as suas demandas em todas as esferas - social, política, cultural e econômica. Desta forma, a necessidades que a sociedade tem transforma-se em uma luta coletiva.

Nesse sentido, Gonh defende que estas mudanças e influências são observadas a médio ou longo prazo, afirmando que estas são mudanças que ocorrem no campo social e histórico, à medida que o indivíduo vai se apropriando dos valores e ideologias que são defendidos coletivamente para a conquista de determinado direito. Esta coletividade é criada a partir do princípio da solidariedade, pois apesar de haver propostas e visões diferentes na

composição do grupo é possível que se encontre um consenso que será defendido para além das reuniões e discussões internas.

Discutindo a participação

A participação dos movimentos sociais e da sociedade civil no planejamento de políticas públicas é de fundamental importância e muito benéfica, pois a partir daí, supõe-se que os anseios e demandas da população alvo de tais políticas públicas estão sendo ouvidas, levando-as a se conformarem de acordo com as necessidades pontuais, bem como as mais amplas.

O conceito de participação é fundamental para a análise que nos propomos, uma vez que, é o elemento instigador da pesquisa a partir da nova forma de planejamento territorial do estado da Bahia, pois até então não se percebia nenhuma forma de participação para a construção de políticas públicas.

Para Teixeira (1997) a participação pode ou não ter o poder decisório, pode ser simbólico e acontecer em diversas esferas, mas sempre demonstrará a tentativa de ter ou se construir uma “identidade como ator político social” (p.183). Para o autor, a participação política

(...) supõe uma relação em que atores, usando recursos que são disponíveis no espaço público, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações. (TEIXEIRA, 1997, p. 184)

Define a participação ainda, como o ato de “fazer parte, tomar parte, ser parte de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas” (TEIXEIRA, 1997, p. 187).

Teixeira (1997) chama a atenção para os possíveis interesses que uma participação possa representar. Para ele, não se deve cultivar uma visão idealista da participação como se esta tivesse um fim em si mesma e não fosse ter nenhum rebatimento na sociedade, pois para ele, a participação é um processo que envolve relação de poder entre os diversos agentes.

PPA (2008-2011) x Relatório de plenárias

Os eixos temáticos que são discutidos nas plenárias participativas são afinadas ao plano de governo do então governador. De acordo com o documento final do PPA, as prioridades do Território do Recôncavo destoam das propostas feitas na plenária. No primeiro, a educação é a prioridade para o Recôncavo, enquanto que no segundo documento, a agricultura familiar é a que mais demanda investimentos. Se observarmos a quantidade de propostas feitas em relação a cada uma dessas áreas, veremos que a ordem se inverte. Pois, a forma que a população menos favorecida tem de levantar o sustento, em grande parte, é a partir da agricultura familiar.

No eixo da agricultura familiar, que foi o que nos propomos a analisar, foram formuladas 141 propostas, que subdividimos em 13 subeixos a partir das demandas expressas no relatório final da plenária, sendo que o que está mais presente são as propostas que tocam diretamente na melhoria das condições para o desenvolvimento da agricultura familiar e as diversas formas de crédito que possam viabilizá-la.

Dentre todas essas propostas feitas pelos movimentos sociais, percebemos que existem algumas na elaboração final do PPA que contemplam, mesmo que parcialmente, as demandas do Território do Recôncavo, totalizando apenas 40, incluindo algumas que estão presentes fora do eixo específico da agricultura familiar. O que nos chama a atenção, porém, é a variedade de temas que foi incluído para a discussão no eixo da agricultura familiar, estes variam desde o incentivo a cadeia produtiva do biodiesel ao fomento a pesca.

Com relação à quantidade de propostas feitas e as atendidas, temos uma desproporcionalidade no âmbito quantitativo, enquanto se tem em primeiro lugar, segundo o relatório, a necessidade de investimentos na agricultura familiar, percebemos que o campo que mais recebeu investimentos foi o relacionado à pesca, depois a demanda por assistência técnica, a aquisição de equipamentos e a produção de biodiesel, contrariando, inclusive, a pauta da segurança alimentar.

Entre as seis propostas formuladas no PPA, específicas para a agricultura familiar, que mais se aproximam das demandas das populações do Território de Identidade do Recôncavo, observa-se que estão divididas em quatro principais temáticas: a distribuição de sementes; o fortalecimento das cadeias produtivas, buscando otimizar a produção, comercialização e beneficiamento; a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas; a ampliação do crédito e inserção desses agricultores no programa Garantia-Safra, que é uma ação ligada ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que atende os agricultores e agricultoras familiares “que sofrem perda de safra por motivo de excesso de chuvas (www.mda.gov.br, acesso 12/07/12), ou por escassez da mesmo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação dos movimentos sociais em um planejamento estatal chama a atenção, por ser caracterizado por uma mudança de postura de todas as partes envolvidas, pois em governos anteriores somente os técnicos do governo, os empresários e a classe política eram convidados a participar do planejamento das políticas para o estado. Óbvio que nesse sentido, somente os interesses deste seriam contemplados.

Não podemos afirmar que a forma como a participação se dá é a melhor e de forma suficiente. Acreditamos que ainda há muito que se avançar, porém, não podemos colocar em total descrédito essa abertura, pois ela pode ser um caminho para que essa relação democrática seja alargada e mais efetiva.

Por outro lado, voltamos um pouco o nosso raciocínio e repensamos, pois de alguma forma, sentimos que essa aparente abertura para a participação acomoda os movimentos de base que acabam sendo cooptados, ou melhor, se deixam cooptar pelos maiores interessados, em busca de satisfazer as suas demandas próprias. Esse é um ponto que merece bastante atenção dos representantes territoriais e de toda a sociedade civil, pois um planejamento estatal sempre estará imerso em um forte conteúdo ideológico, que sempre estará comprometido firmemente com a ideologia de alguém ou algum grupo.

Com tudo isso, concluímos que para a participação e a discussão sobre o tema ser qualificada positivamente, é necessário que seja adotada uma postura política séria do governo e dos representantes de toda a sociedade civil, que se apresenta de forma organizada ou não, haja uma desburocratização dos instrumentos de participação e maior engajamento da sociedade como um todo. Apesar dos avanços, não podemos perder de vista os problemas já citados para que continue se buscando alternativas de tornar cada vez mais efetiva essa participação.

Reconhecemos, porém, que esse processo perpassa por uma construção lenta de mudança de postura e readaptação da sociedade para a participação efetiva e na luta para a ampliação desse direito.

Referência

GONH, M. da G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

TEIXEIRA, E. C. **As dimensões da participação cidadã**. Caderno CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

www.seplan.ba.gov.br/mapa.php. Acessado no dia: 12/07/2012.

www.mda.gov.br. Acesso 12/07/12.